

DECRETO Nº 6.632, DE 18 DE OUTUBRO DE 2022.

## **Aprova o Regimento Interno do Fundo Municipal da Cultura - FMC.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNAÍ, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 141, I, f, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que o Regimento Interno foi aprovado pelo Conselho Municipal de Políticas Culturais de Unaí - CMPC;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 3.345, de 27 de Outubro de 2020 que Cria o Fundo Municipal da Cultura do Município de Unaí;

CONSIDERANDO as manifestações constantes no processo administrativo nº 17455/2022, DECRETA:

**Art. 1º** Fica aprovado o Regimento Interno do Fundo Municipal da Cultura - FMC do Município de Unaí.

**Art. 2º** Faz parte integrante deste decreto o Regimento Interno do Fundo Municipal da Cultura - FMC - do Município de Unaí, conforme Anexo Único deste ato administrativo.

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Unaí, 18 de outubro de 2022; 78º da Instalação do Município.

José Gomes Branquinho  
Prefeito

Pedro Imar Melgaço  
Secretário Municipal de Governo

Luciana Risolia Navarro Cardoso Vale  
Secretária Municipal da Cultura e Turismo

ANEXO ÚNICO AO DECRETO Nº 6.632, DE 18 DE OUTUBRO DE 2022.

REGIMENTO INTERNO DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE UNAÍ

### **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** O presente Regimento Interno trata das diretrizes gerais de organização e gestão do Fundo Municipal de Cultura do Município de Unaí/MG, criado pela Lei Municipal nº 3.345 de 27 de outubro de

## CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS DE GESTÃO DO FMC

**Art. 2º** Compete ao Conselho Municipal de Política Cultural:

I - estabelecer diretrizes gerais para destinação dos recursos do FMC;

II - aprovar planos e projetos de aplicação dos recursos do FMC apresentados pela Secretaria Municipal da Cultura e Turismo;

III - acompanhar a execução dos gastos dos recursos do FMC e auditar quando necessário;

IV - aprovar a prestação de contas do FMC do exercício anterior;

VI - elaborar, em conjunto com a Secretaria Municipal da Cultura e Turismo, projetos e ações imediatas para arrecadação de recursos para o FMC; e

V - trabalhar de forma conjunta com a Secretaria Municipal da Cultura e Turismo para arrecadação de recursos para o FMC;

§ 1º As diretrizes estabelecidas deverão estar em consonância com os programas estabelecidos pelos órgãos federais e estaduais para a condução da política de desenvolvimento da cultura;

§ 2º O conselho deverá promover a participação dos segmentos ligados a atividade cultural no município para definição das diretrizes gerais de destinação dos recursos do FMC;

**Art. 3º** Fica criado o Conselho diretor do Fundo Municipal de Cultura - FMC, composto pelos membros do Conselho Municipal de Política Cultural, obedecendo a Diretoria eleita para o CMPC, sendo eles o Presidente, o Secretário Geral e seus respectivos suplentes, com mandato de 02 (dois) anos, seguindo o mandato do CMPC e suas respectivas funções e podendo ser reconduzido.

**Art. 4º** Compete ao Conselho diretor deliberar sobre a aplicação dos recursos do FMC e apontar irregularidades, propor soluções, emitir parecer que acompanharão a prestação de contas a ser apresentada à aprovação do CMPC.

**Art. 5º** Compete à Secretaria Municipal da Cultura e Turismo:

I - elaborar o plano de aplicação anual das receitas do exercício seguinte e submetê-lo à aprovação do Conselho Municipal de Política Cultural até 31 de novembro de cada ano;

II - executar o Plano de Aplicação Anual das receitas do FMC;

III - apresentar até 31 de janeiro do exercício seguinte a prestação de contas do exercício anterior submetendo-a à aprovação do CMPC; e

IV - desenvolver campanhas e ações de estímulo a arrecadação de recursos, executar projetos e buscar recursos nas formas descritas no art. 4º e outros mecanismos legais;

## CAPÍTULO III DA CONSTITUIÇÃO DA RECEITA

**Art. 6º** Constituem receitas do FMC:

I - dotações consignadas no orçamento municipal;

II - repasse de recursos de fundos similares, constituídos pelos governos federal e estadual;

III - doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados por organizações não-governamentais e por pessoas físicas ou jurídicas;

IV - rendas provenientes de vendas de materiais, publicações e eventos bem como de aplicações financeiras dos recursos disponíveis no mercado de capitais;

V - valores provenientes de multas previstas nos Códigos Municipais de Obras, Posturas, Tributário e de Vigilância Sanitária que se refiram a empreendimentos ou ações originárias da atividade cultural;

VI - recursos advindos de convênios, acordos e contratos firmados entre a Secretaria Municipal da Cultura e Turismo e instituições públicas e privadas ligadas à cultura;

VII - recursos oriundos de taxas de alvarás para eventos turísticos, festivos e culturais; e

VIII - quaisquer outros recursos, créditos e rendas legalmente incorporáveis.

Parágrafo único. Todos os recursos destinados ao FMC deverão ser contabilizados como receita orçamentária municipal e a ele alocados através de dotações consignadas na Lei orçamentária, obedecendo as normas gerais do direito financeiro.

**Art. 7º** O titular da Secretaria Municipal da Cultura e Turismo será o gestor dos recursos do FMC e assinará todos os documentos contábeis juntamente com o Prefeito Municipal.

**Art. 8º** A Secretaria Municipal da Cultura e Turismo diligenciará junto ao Executivo no sentido de obter da Fazenda Municipal, em atendimento ao disposto no inciso V do art. 6º, relatório mensal discriminativo das multas destinadas ao FMC.

#### CAPÍTULO IV DAS DELIBERAÇÕES

**Art. 9º** As deliberações do Conselho Municipal de Política Cultural que tratem de assuntos referentes ao FMC poderão ser tomadas conjuntamente aos demais assuntos do CMPC exceto nos casos de:

I - aprovação de diretrizes gerais para aplicação dos recursos do FMC;

II - aprovação do Plano Anual de Atividades;

III - aprovação das contas anuais;

IV - auditorias.

Parágrafo único. O Plano Anual de Atividades poderá ser aditivado com aprovação do Presidente do CMPC *ad referendum* do CMPC desde que seus objetivos sejam consoantes com as diretrizes gerais e disponha de dotação orçamentária pertinente.

**Art. 10.** Nos demais casos os assuntos referentes ao FMC deverão constar expressamente na pauta de reuniões e discutidas em destaque.

**Art. 11.** Todas as deliberações, incluindo aquelas enumeradas no art. 5º poderão ser registradas no livro de atas do CMPC com o devido destaque e redação elucidativa.

Parágrafo único. As atas em que constem assuntos referentes ao FMC deverão ser levadas ao conhecimento do Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal e cópias deverão acompanhar a prestação de contas anual.

**Art. 12.** As reuniões para resoluções de assuntos do FMC seguirão os procedimentos determinados para o Conselho Municipal de Política Cultural.

## CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 13.** Este regimento poderá ser revisto a qualquer tempo por decisão de maioria simples do CMPC.

**Art. 14.** Os casos omissões neste regimento serão resolvidos pelo CMPC.

**Art. 15.** Este regimento entrará em vigor na data de sua publicação.

Unaí-MG, 18 de Outubro de 2022.

José Gomes Branquinho  
Prefeito

Luciana Risolia Navarro Cardoso Vale  
Secretária Municipal da Cultura e Turismo

*Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.*

*Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 18/10/2022*